



ARAGUAÍNA-TO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA - TOCANTINS

TÉCNICO I - PEDAGOGO

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Informática
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Conhecimentos Específicos

MATERIAL DIGITAL

- ▶ Conhecimentos básicos de História e Geografia do Município de Araguaína
- ▶ Noções de Direito Administrativo
- ▶ Noções de Direito Constitucional

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

**EDITAL Nº 001/2026, DE
28 DE MAIO DE 2026.**



BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✖ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✖ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✖ Questões gabaritadas
- ✖ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



ARAGUAÍNA - TO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA - TOCANTINS

Técnico I- Pedagogo

EDITAL Nº 001/2026, DE 28 DE MAIO DE 2026.

CÓD: SL-013JH-26
7908403595532

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos	9
2. Características dos diversos gêneros textuais.....	12
3. Tipologia textual (Sequências narrativa, descritiva, argumentativa, expositiva, injuntiva e dialogal) Elementos de coesão e coerência textual.....	16
4. Funções da linguagem	21
5. Ortografia oficial	24
6. Acentuação gráfica.....	29
7. Pontuação	33
8. Crase	40
9. Emprego e descrição das classes de palavras	43
10. Sintaxe da oração e do período (Ênfase em concordância e regência).....	52
11. Significação das palavras e inferência lexical através do contexto.....	58
12. Paráfrase	61

Informática

1. Dispositivos de armazenamento. Periféricos de um computador	67
2. Configurações básicas do Windows 11.....	72
3. Aplicativos do Pacote Microsoft Office 2024 (Word, Excel e Power Point)	77
4. Configuração de impressoras.....	84
5. Noções básicas de internet e uso de navegadores	85
6. Noções básicas de correio eletrônico e envio de e-mails	90

Raciocínio Lógico

1. Princípio da Regressão ou Reversão	99
2. Lógica dedutiva, argumentativa e quantitativa.....	99
3. Lógica matemática qualitativa	104
4. Sequências lógicas envolvendo números, letras e figuras	108
5. Geometria básica	110
6. Álgebra básica	121
7. Sistemas lineares	125
8. Calendários	128
9. Numeração	129
10. Razões especiais	130
11. Análise combinatória	132
12. Probabilidade	135
13. Progressões Aritmética e Geométrica	138
14. Conjuntos: As relações de pertinência; Inclusão e igualdade; Operações entre conjuntos, união, interseção e diferença	140
15. Comparações	144

Conhecimentos Específicos

Técnico I - Pedagogo

1. Gestão Pedagógica e Formação Institucional: Gestão de processos educativos	151
2. Coordenação pedagógica; Desenvolvimento institucional; Planejamento e execução de treinamentos; Levantamento de necessidades de capacitação; Educação permanente; Formação continuada de servidores; Avaliação de desempenho em processos formativos; Indicadores educacionais.....	157
3. Atuação Pedagógica no CRAS: Ações socioeducativas; Educação social; Mediação de grupos; Planejamento de oficinas socioeducativas; Acompanhamento familiar; Direitos humanos e cidadania; Inclusão social; Trabalho com crianças, adolescentes, idosos e pessoas em situação de vulnerabilidade; Educação popular; Articulação comunitária e territorial.....	164
4. Educação em Saúde: Política Nacional de Educação Permanente em Saúde; Processos de ensino-aprendizagem em saúde; Formação e capacitação de profissionais da saúde; Educação popular em saúde; Humanização do atendimento; Promoção da saúde; Planejamento pedagógico em instituições públicas de saúde	171
5. Metodologias Aplicadas à Saúde: Educação continuada; Educação permanente; Metodologias participativas; Elaboração de projetos educacionais em saúde; Avaliação de ações formativas; Desenvolvimento de competências profissionais; Ambientes virtuais de aprendizagem	180
6. Educação para o Trânsito: Fundamentos da educação para o trânsito; Formação cidadão e mobilidade urbana; Comportamento seguro no trânsito; Planejamento de campanhas educativas; Educação preventiva; Processos formativos para servidores e comunidade	189
7. Formação e Capacitação Institucional: Planejamento e execução de treinamentos; Elaboração de conteúdos instrucionais; Técnicas de ensino para adultos; Avaliação de treinamentos; Gestão do conhecimento organizacional; Educação corporativa no setor público.....	195

Material Digital

Conhecimentos básicos de História e Geografia do Município de Araguaína

1. Formação histórica: Origens e ocupação primária; Formação administrativa; Localização Geográfica Histórica. Evolução Político-Administrativa. Origem e Emancipação: Primeiros habitantes, fundação e processo de emancipação política. Fatos históricos marcantes, ciclos econômicos. Influência religiosa. Influência da rodovia Belém-Brasília. Localização e Fronteiras; Aspectos Físicos: Clima, relevo, hidrografia (rios e bacias), vegetação e biomas. Demografia e Economia: População, principais atividades econômicas (indústria, agropecuária, comércio e serviços). Geopolítica: Limites territoriais, microrregião, divisão político-administrativa e localização no estado. Hidrografia Local. Crescimento e Representação Populacional; Indicadores de Desenvolvimento	3
---	---

Noções de Direito Administrativo

1. Noções de organização administrativaAdministração direta e indireta, centralizada e.....	15
2. Descentralizada; Desconcentração	15
3. Princípios expressos e implícitos da administração pública.....	21
4. Órgãos públicos.....	31
5. Agentes públicos: conceito, classificação, provimento e vacância; Direitos, deveres e responsabilidades dos servidores públicos.....	33
6. Poderes da Administração: hierárquico, disciplinar, regulamentar, de polícia e discricionário; Abuso de poder, excesso de poder e desvio de finalidade.....	46

ÍNDICE

1. Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies e efeitos; Anulação e revogação do ato administrativo	53
2. Responsabilidade civil do Estado	65
3. Responsabilidade administrativa e penal do agente público	70
4. Procedimento administrativo: princípios, fases e controle.....	72
5. Serviços públicos: conceito, formas de prestação e direitos dos usuários.....	76
6. Controle da Administração Pública: controle interno, externo e judicial; Atuação dos Tribunais de Contas, Ministério Público e Poder Judiciário	88
7. Ação popular e mandado de segurança.....	96
8. Bens públicos: classificação, utilização e alienação; Patrimônio público e sua proteção	102
9. Disposições constitucionais aplicáveis à Administração Pública	110
10. Lei Complementar Municipal nº 193/2024.....	113

Noções de Direito Constitucional

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: Princípios fundamentais.....	149
2. Poderes Constituintes Originário, Derivado e Decorrente	150
3. Aplicabilidade das normas constitucionais: Normas de eficácia plena, contida e limitada; Normas programáticas.....	153
4. Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos	155
5. Organização político-administrativa do Estado: Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.....	166
6. Administração pública: Disposições gerais, servidores públicos.....	173
7. Poder executivo	176

Atenção

▪ Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Ex.:

Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.

Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Ex.:

Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.

As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.

Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitem sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► Linguagem Mista (ou Híbrida)

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Ex.:

Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.

Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.

As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► Definição de Intertextualidade

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► Tipos de Intertextualidade

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

▪ **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.

Ex.: Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

▪ **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

Ex.: Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

▪ **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

Ex.: Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

▪ **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

Ex.: Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

▪ **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.

Ex.: Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

INFORMÁTICA

DISPOSITIVOS DE ARMAZENAMENTO. PERIFÉRICOS DE UM COMPUTADOR

HARDWARE E SOFTWARE

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve o uso de computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não se limita ao uso de computadores pessoais, pois também está presente em celulares, caixas eletrônicas, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

O termo “informação” é essencial para compreender essa área. Dados isolados, como números, letras ou símbolos, passam a ter valor quando são organizados e interpretados dentro de um contexto. Um computador, por exemplo, pode receber os dados de uma planilha de notas escolares, processá-los e gerar médias, relatórios e gráficos. Nesse processo, a informática transforma dados brutos em informações compreensíveis e úteis para a tomada de decisões.

► Diferença entre hardware e software

Componentes físicos e componentes lógicos

Em um sistema computacional, hardware e software são elementos complementares. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, tudo aquilo que pode ser tocado, como monitor, teclado, mouse, placa-mãe, processador, memória, impressora, gabinete, cabos e demais dispositivos. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

Para compreender essa diferença de modo didático, pode-se comparar o computador a um corpo organizado. O hardware seria a estrutura física, composta por peças e dispositivos. O software seria o conjunto de comandos e regras que permite a essa estrutura executar tarefas. Um computador sem software é apenas um conjunto de componentes eletrônicos sem orientação funcional; por outro lado, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado.

A tabela a seguir sintetiza as principais diferenças entre hardware e software, permitindo visualizar de maneira objetiva como esses dois elementos se distinguem e, ao mesmo tempo, se complementam no funcionamento do computador.

Aspecto comparado	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visualizado fisicamente	Não pode ser tocado; existe como instruções, códigos e programas
Função principal	Executar fisicamente as operações e permitir a interação com o sistema	Orientar, controlar e organizar o funcionamento do hardware
Exemplos	Teclado, mouse, monitor, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus, aplicativos e jogos
Dependência	Precisa de software para executar tarefas úteis	Precisa de hardware para ser instalado, executado e utilizado
Tipo de problema comum	Falha física, mau contato, superaquecimento, desgaste ou quebra de componente	Erro de instalação, travamento, vírus, incompatibilidade ou falha de atualização

► **Relação de dependência entre hardware e software**

Funcionamento integrado do sistema computacional

Hardware e software dependem um do outro para que o computador funcione corretamente. Quando o usuário abre um programa, como um navegador de internet, o software envia instruções ao sistema operacional, que organiza o uso do processador, da memória, do armazenamento e dos dispositivos de rede. O hardware executa fisicamente essas operações, enquanto o software coordena o que deve ser feito.

Essa integração ocorre continuamente, mesmo em tarefas simples. Ao digitar uma palavra, o teclado envia sinais ao computador; o sistema interpreta esses sinais; o processador realiza operações; a memória guarda temporariamente as informações; e o monitor exibe o resultado. Assim, cada ação do usuário envolve uma sequência coordenada entre componentes físicos e instruções lógicas.

► **Ciclo básico de funcionamento de um sistema computacional**

Entrada, processamento, armazenamento e saída

O funcionamento básico de um sistema computacional pode ser compreendido por meio de quatro etapas principais: entrada, processamento, armazenamento e saída. Na entrada, o computador recebe dados por meio de dispositivos como teclado, mouse, microfone, câmera ou scanner. No processamento, o processador e a memória trabalham com esses dados conforme as instruções do software. No armazenamento, as informações podem ser guardadas temporariamente na memória ou de forma permanente em unidades como HD, SSD ou serviços em nuvem. Por fim, na saída, o resultado é apresentado ao usuário por meio do monitor, impressora, alto-falantes ou outros dispositivos.

Esse ciclo permite entender que o computador não “pensa” sozinho; ele executa instruções previamente definidas. Sua eficiência depende da qualidade do hardware, da adequação do software e da forma como ambos interagem. Por isso, conhecer os fundamentos de hardware e software é indispensável para usar, manter, avaliar e solucionar problemas em sistemas computacionais.

Você tem razão. A segunda seção ficou longa demais para o padrão que você definiu. Vou ajustar o material para trabalhar com seções mais enxutas, mantendo profundidade, mas sem excesso. Substitua a segunda seção por esta versão mais curta.

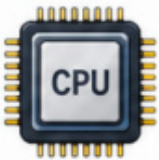
HARDWARE: COMPONENTES FÍSICOS DO COMPUTADOR

► **Conceito de hardware**

Parte física do sistema computacional

Hardware é o conjunto de componentes físicos que formam um computador ou dispositivo digital. Ele inclui peças internas, periféricos, cabos, placas, unidades de armazenamento e equipamentos de comunicação. Diferentemente do software, que corresponde aos programas e instruções, o hardware é a parte material do sistema, isto é, aquilo que pode ser tocado, conectado, substituído ou reparado.

A tabela a seguir organiza os principais grupos de hardware de forma didática, relacionando cada grupo à sua função no funcionamento do computador.

Grupo de hardware	Função	Exemplos
Processamento 	Executa instruções e operações lógicas.	Processador e placa de vídeo. 

RACIOCÍNIO LÓGICO

PRINCÍPIO DA REGRESSÃO OU REVERSÃO

PRINCÍPIO DA REGRESSÃO OU REVERSÃO

Princípio da regressão é uma abordagem que visa encontrar um valor inicial requerido pelo problema com base em um valor final fornecido. Em outras palavras, é um método utilizado para resolver problemas de primeiro grau, ou seja, problemas que podem ser expressos por equações lineares, trabalhando de forma inversa, ou “de trás para frente”.

Esteja atento:

Você precisa saber transformar algumas operações:

- **Soma:** a regressão é feita pela subtração.
- **Subtração:** a regressão é feita pela soma.
- **Multiplicação:** a regressão é feita pela divisão.
- **Divisão:** a regressão é feita pela multiplicação

Ex.: (SENAI)

O sr. Altair deu muita sorte em um programa de capitalização bancário. Inicialmente, ele apresentava um saldo devedor X no banco, mas resolveu depositar 500 reais, o que cobriu sua dívida e ainda lhe sobrou uma certa quantia A. Essa quantia A, ele resolveu aplicar no programa e ganhou quatro vezes mais do que tinha, ficando então com uma quantia B. Uma segunda vez, o sr. Altair resolveu aplicar no programa, agora a quantia B que possuía, e novamente saiu contente, ganhou três vezes o valor investido. Ao final, ele passou de devedor para credor de um valor de R\$ 3600,00 no banco. Qual era o saldo inicial X do sr. Altair?

- (A) -R\$ 350,00.
- (B) -R\$ 300,00.
- (C) -R\$ 200,00.
- (D) -R\$ 150,00.
- (E) -R\$ 100,00.

Resolução:

Devemos partir da última aplicação. Sabemos que a última aplicação é 3B, logo:

$$3B = 3600 \rightarrow B = 3600/3 \rightarrow B = 1200$$

$$\text{A } 1^{\text{a}} \text{ aplicação resultou em B e era } 4A: B = 4A \rightarrow 1200 = 4A \rightarrow A = 1200/4 \rightarrow A = 300$$

A é o saldo que sobrou do pagamento da dívida X com os 500 reais: $A = 500 - X \rightarrow 300 = 500 - X \rightarrow$

$$\bullet X = 300 - 500 \rightarrow -X = -200. (-1) \rightarrow X = 200.$$

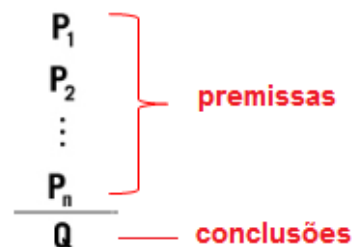
Como o valor de X representa uma dívida representamos com o sinal negativo: a dívida era de R\$ -200,00.

Resposta: C.

LÓGICA DEDUTIVA, ARGUMENTATIVA E QUANTITATIVA

LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO

Um argumento refere-se à declaração de que um conjunto de proposições iniciais leva a outra proposição final, que é uma consequência das primeiras. Em outras palavras, um argumento é a relação que conecta um conjunto de proposições, denotadas como $P_1, P_2, \dots, P_n$, conhecidas como premissas do argumento, a uma proposição Q, que é chamada de conclusão do argumento.



Exemplo:

- P_1 : Todos os cientistas são loucos.
- P_2 : Martiniano é cientista.
- Q: Logo, Martiniano é louco.

O exemplo fornecido pode ser denominado de Silogismo, que é um argumento formado por duas premissas e uma conclusão.

Quando se trata de argumentos lógicos, nosso interesse reside em determinar se eles são válidos ou inválidos. Portanto, vamos entender o que significa um argumento válido e um argumento inválido.

► Argumentos Válidos

Um argumento é considerado válido, ou legítimo, quando a conclusão decorre necessariamente das propostas apresentadas.

Exemplo de silogismo:

- P_1 : Todos os homens são pássaros.
- P_2 : Nenhum pássaro é animal.
- C: Logo, nenhum homem é animal.

Este exemplo demonstra um argumento logicamente estruturado e, por isso, válido. Entretanto, isso não implica na verdade das premissas ou da conclusão.

Importante enfatizar que a classificação de avaliação de um argumento é a sua estrutura lógica, e não o teor de suas propostas ou conclusões. Se a estrutura for formulada corretamente, o argumento é considerado válido, independentemente da veracidade das propostas ou das conclusões.

► **Como determinar se um argumento é válido?**

A validade de um argumento pode ser verificada por meio de diagramas de Venn, uma ferramenta extremamente útil para essa finalidade, frequentemente usada para analisar a lógica de argumentos. Vamos ilustrar esse método com o exemplo mencionado acima. Ao afirmar na afirmação P1 que “todos os homens são pássaros”, podemos representar esta afirmação da seguinte forma:



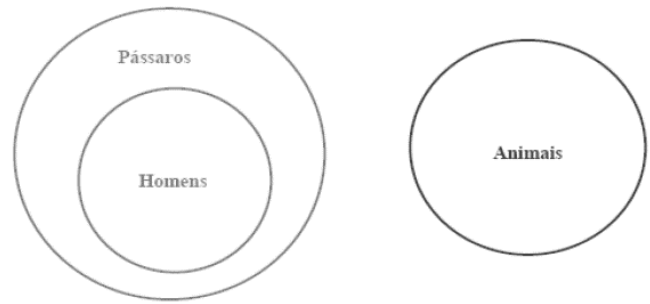
Note-se que todos os elementos do conjunto menor (homens) estão contidos no conjunto maior (pássaros), diminuindo que todos os elementos do primeiro grupo pertencem também ao segundo. Esta é a forma padrão de representar graficamente a afirmação “Todo A é B”: dois círculos, com o menor dentro do maior, onde o círculo menor representa o grupo classificado após a expressão “Todo”.

Quanto à afirmação “Nenhum pássaro é animal”, a palavra-chave aqui é “Nenhum”, que transmite a ideia de completa separação entre os dois conjuntos incluídos.



A representação gráfica da afirmação “Nenhum A é B” sempre consistirá em dois conjuntos distintos, sem sobreposição alguma entre eles.

Ao combinar as representações gráficas das duas indicações mencionadas acima e analisá-las, obteremos:



Ao analisar a conclusão de nosso argumento, que afirma “Nenhum homem é animal”, e compará-la com as representações gráficas das metas, questionamos: essa conclusão decorre logicamente das metas? Definitivamente, sim!

Percebemos que o conjunto dos homens está completamente separado do conjunto dos animais, diminuindo uma dissociação total entre os dois. Portanto, concluímos que este argumento é válido.

► **Argumentos Inválidos**

Um argumento é considerado inválido, também chamado de ilegítimo, mal formulado, falacioso ou sofisma, quando as propostas apresentadas não são capazes de garantir a verdade da conclusão.

Exemplo:

- P₁: Todas as crianças gostam de chocolate.
- P₂: Patrícia não é criança.
- C: Logo, Patrícia não gosta de chocolate.

Este exemplo ilustra um argumento inválido ou falacioso, pois as premissas não estabelecem de maneira conclusiva a veracidade da conclusão. É possível que Patrícia aprecie chocolate, mesmo não sendo criança, uma vez que a proposta inicial não limite o gosto por chocolate exclusivamente para crianças.

Para demonstrar a invalidez do argumento supracitado, utilizaremos diagramas de conjuntos, tal como foi feito para provar a validade de um argumento válido. Iniciaremos com as primeiras metas: “Todas as crianças gostam de chocolate”.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

GESTÃO PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO INSTITUCIONAL: GESTÃO DE PROCESSOS EDUCATIVOS

FUNDAMENTOS DA GESTÃO DE PROCESSOS EDUCATIVOS

► Compreensão geral da gestão pedagógica

A gestão de processos educativos corresponde ao conjunto de ações intencionais, organizadas e articuladas que orientam o funcionamento pedagógico de uma instituição educativa. Ela não se limita à administração de rotinas, documentos ou horários, pois envolve decisões diretamente relacionadas à qualidade da aprendizagem, à formação dos sujeitos e à construção de práticas coerentes com os objetivos educacionais estabelecidos pela instituição.

Nesse sentido, gerir processos educativos significa compreender que a educação é uma prática planejada, acompanhada e avaliada continuamente. Cada decisão tomada no campo pedagógico precisa estar relacionada a uma finalidade formativa. A escolha de metodologias, a organização do currículo, a definição de estratégias de acompanhamento, a formação dos profissionais e a análise dos resultados são elementos que compõem uma mesma dinâmica institucional.

A gestão pedagógica, portanto, atua como eixo articulador entre os objetivos educacionais e as práticas concretas realizadas no cotidiano. Ela busca garantir que as ações desenvolvidas não ocorram de forma isolada, improvisada ou desconectada do projeto institucional. Quando bem estruturada, favorece maior clareza sobre o que se pretende ensinar, como se pretende ensinar, por que se ensina determinado conteúdo e de que modo se acompanha o desenvolvimento dos estudantes.

► Processos educativos como ações planejadas e coletivas

Os processos educativos são formados por um conjunto de práticas que envolvem ensino, aprendizagem, avaliação, convivência, organização curricular, formação profissional e participação institucional. Esses processos não acontecem apenas na sala de aula, embora a sala de aula seja um espaço central da ação pedagógica. Eles também se expressam nas reuniões de planejamento, nos momentos de estudo da equipe, na análise dos resultados, na construção de normas coletivas e na definição de prioridades institucionais.

A gestão desses processos exige planejamento. Planejar não significa apenas preencher documentos ou cumprir exigências formais. Planejar é antecipar objetivos, organizar caminhos,

prever necessidades, identificar recursos e estabelecer critérios para acompanhar o desenvolvimento das ações. Uma instituição que planeja com responsabilidade consegue reduzir improvisações, fortalecer a coerência pedagógica e criar melhores condições para que a aprendizagem ocorra.

Além disso, a gestão dos processos educativos possui natureza coletiva. Embora existam funções específicas de liderança e coordenação, a qualidade do trabalho pedagógico depende da participação de diferentes sujeitos. Professores, equipes gestoras, profissionais de apoio, estudantes e comunidade institucional fazem parte de uma rede de relações que influencia diretamente a vida educativa. Por isso, uma gestão eficiente valoriza o diálogo, a corresponsabilidade e a construção compartilhada de soluções.

► Intencionalidade pedagógica e organização institucional

A intencionalidade é um dos fundamentos centrais da gestão pedagógica. Toda ação educativa precisa ter sentido, direção e finalidade. Quando a instituição compreende claramente seus objetivos, torna-se possível organizar práticas mais coerentes e avaliar se os caminhos adotados estão contribuindo para a formação esperada. Sem intencionalidade, as ações podem se tornar fragmentadas, repetitivas ou meramente burocráticas.

A organização institucional é o meio pelo qual essa intencionalidade se concretiza. Ela envolve a definição de responsabilidades, a distribuição do tempo, a escolha de estratégias pedagógicas, o acompanhamento das atividades e a criação de espaços de reflexão. Uma instituição bem organizada não é aquela que apenas controla procedimentos, mas aquela que cria condições para que o trabalho educativo se desenvolva com qualidade, continuidade e sentido formativo.

Nesse contexto, a gestão pedagógica precisa integrar três dimensões fundamentais: o planejamento, a execução e a avaliação. O planejamento define os caminhos; a execução coloca as ações em prática; e a avaliação permite compreender os avanços, os limites e as necessidades de ajuste. Essas dimensões não devem ser vistas como etapas isoladas, mas como partes de um ciclo permanente de melhoria.

► Elementos essenciais da gestão de processos educativos

- Clareza de objetivos: a instituição precisa definir com precisão quais aprendizagens, valores e competências pretende desenvolver, evitando ações pedagógicas dispersas ou sem direção.
- Coerência entre discurso e prática: os princípios defendidos no projeto institucional devem aparecer nas decisões cotidianas, nas metodologias adotadas, nas formas de avaliação e nas relações estabelecidas no ambiente educativo.

- Acompanhamento contínuo: a gestão pedagógica deve observar o desenvolvimento das práticas educativas, identificando avanços, dificuldades e possibilidades de intervenção.
- Participação coletiva: os processos educativos tornam-se mais consistentes quando são construídos com diálogo, escuta e colaboração entre os diferentes sujeitos da instituição.
- Formação permanente: a melhoria da prática pedagógica depende de estudo, reflexão e aperfeiçoamento contínuo dos profissionais envolvidos.
- Avaliação reflexiva: avaliar não significa apenas verificar resultados, mas compreender processos, analisar causas e orientar novas decisões pedagógicas.

► Gestão educativa como prática formativa

A gestão dos processos educativos também deve ser compreendida como uma prática formativa. Isso significa que ela não se ocupa apenas da aprendizagem dos estudantes, mas também do desenvolvimento institucional e profissional de todos os envolvidos. A instituição aprende quando analisa sua própria prática, reconhece seus desafios, revê procedimentos e constrói novas formas de atuação.

Essa perspectiva amplia o papel da gestão pedagógica. Ela deixa de ser vista como simples coordenação de tarefas e passa a ser compreendida como mediação de processos humanos, culturais e formativos. O gestor pedagógico, nesse contexto, atua como articulador, orientador e incentivador de práticas reflexivas. Sua função é criar condições para que a equipe compreenda melhor o próprio trabalho e consiga aperfeiçoá-lo de maneira contínua.

Portanto, os fundamentos da gestão de processos educativos estão relacionados à intencionalidade, ao planejamento, à participação, ao acompanhamento e à avaliação. Esses elementos sustentam uma prática pedagógica mais organizada, democrática e comprometida com a formação integral dos sujeitos. Quando a gestão pedagógica é bem conduzida, a instituição fortalece sua identidade, aprimora suas ações e amplia sua capacidade de promover experiências educativas significativas.

PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

► Planejamento como eixo da ação educativa

O planejamento pedagógico é um dos principais instrumentos da gestão dos processos educativos, pois organiza a ação institucional e dá direção ao trabalho desenvolvido. Ele permite que a instituição defina com clareza seus objetivos, estabeleça prioridades, organize recursos, acompanhe práticas e avalie resultados. Sem planejamento, as ações pedagógicas tendem a ocorrer de maneira fragmentada, dependentes de iniciativas individuais e pouco articuladas ao projeto coletivo da instituição.

Planejar não significa apenas elaborar documentos, preencher formulários ou cumprir uma exigência administrativa. O planejamento deve ser compreendido como um processo reflexivo e estratégico, no qual a instituição analisa sua realidade, identifica necessidades, define metas e constrói caminhos possíveis para alcançar os objetivos educacionais. Dessa forma, ele aproxima a intenção pedagógica da prática cotidiana, ajudando a transformar princípios em ações concretas.

Na gestão pedagógica, o planejamento precisa considerar a realidade dos estudantes, as condições de trabalho da equipe, os recursos disponíveis, o currículo, os tempos escolares e as demandas formativas da comunidade institucional. Quando esses elementos são observados de maneira integrada, o planejamento deixa de ser uma atividade isolada e passa a funcionar como referência para a organização de todo o processo educativo.

► Organização institucional e coerência pedagógica

A organização institucional é o modo como a instituição estrutura seus tempos, espaços, recursos, responsabilidades e práticas para garantir o desenvolvimento do trabalho educativo. Ela envolve desde a definição de horários e rotinas até a articulação entre currículo, avaliação, formação profissional e acompanhamento pedagógico. Uma instituição organizada favorece maior continuidade nas ações e reduz a improvisação, criando condições mais adequadas para ensinar, aprender e avaliar.

A coerência pedagógica é um aspecto essencial dessa organização. Isso significa que as decisões institucionais precisam estar alinhadas aos objetivos formativos assumidos coletivamente. Não basta a instituição declarar determinados princípios em seus documentos se, na prática, suas ações não correspondem a esses princípios. A organização institucional deve revelar, no cotidiano, aquilo que a instituição afirma como finalidade educativa.

Por exemplo, se a instituição valoriza a formação crítica, participativa e integral dos estudantes, suas práticas precisam favorecer diálogo, reflexão, escuta, acompanhamento e participação. Se valoriza a inclusão, precisa organizar estratégias para reconhecer diferentes necessidades de aprendizagem. Se defende a avaliação como processo formativo, precisa evitar reduzi-la a simples classificação. Assim, a organização institucional torna visível a concepção pedagógica que orienta o trabalho educativo.

► Articulação entre currículo, projeto institucional e práticas pedagógicas

O planejamento pedagógico deve articular o currículo, o projeto institucional e as práticas pedagógicas. O currículo define conhecimentos, habilidades, valores e experiências considerados importantes para a formação dos estudantes. O projeto institucional expressa a identidade, os princípios e as finalidades educativas da instituição. As práticas pedagógicas, por sua vez, são as ações concretas realizadas no cotidiano para tornar esses princípios efetivos.

Quando esses três elementos não estão articulados, surgem problemas como repetição de conteúdos, ausência de continuidade, excesso de improvisação, avaliações desconectadas dos objetivos e práticas isoladas entre os profissionais. Por isso, a gestão pedagógica precisa criar espaços de diálogo e planejamento coletivo, nos quais a equipe possa alinhar decisões, revisar estratégias e construir uma visão comum sobre o processo educativo.

Essa articulação também exige acompanhamento. Não basta planejar no início de um período e abandonar o planejamento ao longo do tempo. O planejamento precisa ser retomado, ajustado e avaliado conforme as necessidades surgem. A realidade educativa é dinâmica, e a organização institucional deve ser capaz de responder a mudanças sem perder sua direção pedagógica.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!